BANCO DA AMAZÔNIA
Excelência por natureza

Ministério da Fazenda
BRASIL UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

Av. Presidente Vargas, 800 - Belém (Pa) - Companhia Aberta - Carta Patente: 3.369/00001 - CNPJ: 04.902.979/0001-44

controle da adimplência e uma estratégia de desenvolvimento sustentável para o cliente, com retorno para a instituição supridora dos recursos.

Baseada na filosofia de "finanças de proximidade", a metodologia preconiza o relacionamento direto e permanente com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica por meio de empréstimos seqüenciais e graduais, sob medida para suas necessidades, com acompanhamento "in loco" do desenvolvimento individual e o do negócio.

Para isso, foi criada a primeira Unidade-piloto, denominada Posto de Atendimento de Microcrédito (PAM), na cidade de Ananindeua-PA. Com essa Unidade, o Banco realizou 1.670 visitas domiciliares e promoveu diversas palestras à população de baixa renda. Os recursos aplicados na execução do Programa, inicialmente, provêm dos saldos dos depósitos à vista, contudo, o Banco já trabalha para ampliar as fontes necessárias para o crescimento do Programa, inclusive com organismos de cooperação internacional.

Agricultura familiar

Em suas estratégias de ação, o Banco dá especial atenção ao financiamento das atividades produtivas de menor porte, sobretudo para o segmento da agricultura de base familiar. A política voltada para o pequeno produtor, busca valorizar o associativismo de produção e intensificar o seu apoio às populações tradicionais da Região como ribeirinhos, extrativistas, quilombolas, pescadores artesanais e indígenas. Atende, também, agricultores sem-terra, nos programas oficiais de assentamento, colonização e reforma agrária.

Através do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), apóia a execução da Política Nacional de Reforma Agrária, financiando atividades produtivas do segmento e contribui para o seu fortalecimento no contexto regional, resultando na geração de impactos sociais e econômicos, tais como: fixação do homem amazônida no campo; democratização do crédito, promovendo inclusão social e bancária; melhoria dos padrões de produção e de qualidade de vida no meio rural amazônico; promoção do desenvolvimento regional equilibrado; redução das desigualdades sociais; integração intra e inter-regional; ampliação da riqueza e da demanda regional, com aumento da base tributável, por meio da diversificação da estrutura produtiva; viabilização de condições para exploração das vocações regionais em bases sustentáveis e para a utilização da mão-de-obra familiar; integração da economia regional aos mercados; e geração de ocupações de mão-de-obra e renda para a população rural amazônica.

Em 2007, o montante aplicado no PRONAF, atingiu R$274,7 milhões, havendo, portanto, um incremento superior a 26% nas aplicações de 2007 em relação ao quadriênio 2003 a 2006. O total aplicado pelo Banco da Amazônia, nos últimos cinco anos, beneficiou mais de 189 mil famílias, gerando, aproximadamente, 756 mil ocupações de mão-de-obra na Região.

Turismo

Atuando em consonância com o Plano Nacional de Turismo (PNT), o Banco da Amazônia prioriza, em suas ações estratégicas, o apoio ao turismo em bases sustentáveis. Visando dinamizar o crédito para o setor, está criando o Plano de Alavancagem do Turismo na Amazônia, com abrangência para os nove estados da Amazônia Legal, em parceria com todo o *trade* turístico regional, governos estaduais e municipais e a sociedade local, num esforço conjunto para que se criem as condições necessárias que possam contribuir para a expansão da aplicação creditícia no setor turístico da Região.

Em 2007 foram contratadas 11 operações no segmento de hotelaria, totalizando R$16,4 milhões.

Assistência técnica

Com recursos de seu próprio orçamento, o Banco da Amazônia apóia a Política Nacional de Assistência Técnica. Para a Safra 2006-2007, destinou R$3,0 milhões aos órgãos oficiais de prestadores de serviços de assistência técnica e extensão rural nos estados da Região Norte. É uma parceria pioneira com o Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) para melhorar os serviços prestados aos mini e pequenos produtores rurais da Região.

4. Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO)

O Banco da Amazônia é o veículo de repasse dos recursos do FNO, sendo sua principal fonte para promover o desenvolvimento humano, econômico e social das comunidades locais. Financia projetos de agricultura e pecuária de pequena escala, microempresas voltadas às exportações e negócios nos setores mineral, industrial, agroindustrial, turístico, de infra-estrutura, comercial e de serviços, que maximizem resultados sócioeconômicos, com baixo impacto ambiental.

O FNO é operacionalizado através de dois programas de financiamento: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (FNO-PRONAF) e o Programa de Financiamento do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (FNO-Amazônia Sustentável). O Programa FNO-PRONAF apóia as atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas mediante o emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família e o Programa FNO-Amazônia Sustentável apóia, em bases sustentáveis, empreendimentos rurais e não-rurais mediante a concessão de financiamentos voltados para atender às reais necessidades dos setores produtivos.

No exercício de 2007, foram contratadas 39.995 operações de crédito com recursos do FNO que demandaram o montante superior a R$1.109,9 milhões, beneficiando, em sua maioria, empreendedores de menor porte (mini e pequenos produtores rurais e micro e pequenas empresas).

É importante destacar que 95% das operações contratadas foram direcionadas para municípios tipificados pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) como de baixa renda (BR), dinâmica de menor renda (DMR) e estagnados de média renda (EMR), dados que demonstram a contribuição do Fundo para estimular o desenvolvimento econômico e social e gerar oportunidades de renda à população regional.

5. Sustentabilidade

A Amazônia é detentora do ecossistema mais diversificado e complexo que se conhece no planeta e tem seu potencial econômico baseado, principalmente, na riqueza de seus recursos naturais. Portanto, pensar em desenvolvimento sustentável para a Amazônia requer o conhecimento pleno do que ela pode oferecer, sua excepcional biodiversidade e potencialidades.

Como principal indutor do desenvolvimento sustentável da região amazônica o Banco tem parcela significativa de responsabilidade, e este desafio lhe é apresentado cotidianamente em sua atuação como Banco Comercial e de Fomento. Mediante seus programas de crédito e em consonância com o Plano Amazônia Sustentável (PAS), o Banco ajuda a resgatar traços da cidadania dos povos da floresta (extrativistas, ribeirinhos e indígenas) e das comunidades quilombolas, estimula atividades que agreguem valor a produtos regionais, a biotecnologia, a produção e utilização de novos materiais, as fontes renováveis de energia como o biocombustível, abrindo canais de parcerias e cooperação para atrair novas fontes de financiamento para negócios sustentáveis na região.

Ao longo de 2007 a Instituição aprofundou as iniciativas para a implementação da Política Socioambiental, aprovada em 2006, com o detalhamento das salvaguardas para as atividades rurais e não rurais e a elaboração de orientações socioambientais, com vista a induzir projetos adequados à Região. Foram também implantados critérios de avaliação de riscos socioambientais nos projetos financiados, com base na legislação ambiental. No período o Banco realizou ações, tanto externas como internas que demonstram o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

Na concessão de créditos é exigida a apresentação da Licença Ambiental Prévia na análise dos projetos. Não há concessão de créditos a empreendimentos incompatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável, principalmente quanto mão-de-obra escrava e infantil; utilizem trabalho forçado ou semelhante ao escravo; pratiquem exploração predadora de espécies florestais e fauna silvestre; estejam em falta com as obrigações trabalhistas; e do setor de mineração, que incorporem processo de lavra rudimentar ou garimpo.

Ações externas

Rede de Gestão Compartilhada para promoção do Desenvolvimento Sustentável da Amazônia.

O Banco da Amazônia, juntamente com vários atores representativos da sociedade regional (agentes da esfera pública, privada e da sociedade civil), implantou, em cada estado da Amazônia, Núcleos de Gestão Compartilhada para discutir as ações prioritárias a serem implementadas com enfoque em Arranjos Produtivos Locais (APL's). Tais núcleos atuam de maneira sinérgica e complementar, com foco na integração, cooperação e co-responsabilidade, visando à articulação de ações necessárias ao desenvolvimento sustentável regional.

Entre 2006 e 2007 várias iniciativas foram conduzidas, merecendo destaque a implantação dos Núcleos de Articuladores Estaduais (NAR); dos grupos técnicos e dos projetos pilotos, envolvendo um APL em cada estado da Região.

A repercussão maior dessa iniciativa está no fortalecimento das relações do Banco com às empresas e a sociedade amazônica; na difusão da cultura de ações compartilhadas; na estruturação de Projetos-Piloto de Arranjos Produtivos Locais e, sobretudo, na abertura e identificação de oportunidades de negócios.

Fórum Amazônia Sustentável

Na linha da Gestão Compartilhada, o Banco integrou o grupo multisetorial que coordenou a realização do "Fórum para a Amazônia Sustentável". O evento teve como função mobilizar os diversos segmentos da sociedade, governos e instituições para discutir e cooperar para a promoção do desenvolvimento sustentável e a inclusão social na Região Amazônica.

Durante o evento, foram discutidos e aprovados os eixos estratégicos para cumprimento de sua missão, uma agenda mínima para os próximos 12 meses e a Carta de Compromisso do Fórum Amazônia Sustentável. A carta, que tem como objetivo dirigir a atuação do Fórum, destaca a necessidade de indução às mudanças no modo das grandes empresas que atuam na Região se relacionarem com a Amazônia, propondo que sejam avaliadas por indicadores de sustentabilidade servindo para estabelecer nova forma de trabalhar a riqueza da Amazônia, compatível com suas peculiaridades.

Financiamento à Amazônia Sustentável

O programa de financiamento FNO-Amazônia Sustentável, iniciou, em 2007, a mudança fundamental na forma de atuar do Banco. De maneira clara induz a transformação do modelo de desenvolvimento tradicional, apoiando a incorporação de práticas sustentáveis aos empreendimentos e, ao mesmo tempo, substituiu nove programas e suas extensas regras por um só, com bases e condições operacionais flexíveis, que permitem encontrar soluções para atender efetivamente as necessidades dos clientes e oportunidades de negócios.

Incentiva projetos de utilização de áreas alteradas/degradadas e viabiliza sistemas de produção que disponham de tecnologias para diminuir os impactos ambientais e perdas de recursos florestais com reflexo na redução do desmatamento.

A política socioambiental do Banco, além dos critérios de salvaguarda, instituiu os de indução a empreendimentos considerados adequados e, também, os de exclusão. O Banco tanto exige Licença Ambiental na análise dos projetos, quanto não concede crédito a empreendimentos incompatíveis com os princípios do desenvolvimento sustentável.